

Invenções colaborativas na sociedade em rede: subjetividades e agenciamentos coletivos

Profª Drª Adriane Roso

Me. Fernanda Goulart Martins

UFSM

Resumo: Esse artigo propõe uma reflexão sobre colaboração e construção de subjetividades na sociedade neoliberal capitalista e configurada em rede. Propõe uma análise crítica baseada nos discursos que são produzidos pela (e sobre a) construção de invenções colaborativas que promovem suas manifestações e disseminam suas ideias por meio do ciberespaço, buscando algum tipo de transformação social. São colocados em discussão os saberes expostos pelos coletivos, quando questionados sobre o que propõem nas suas produções e como agenciam coletivamente as invenções colaborativas. Os métodos utilizados para coleta de informações foram a observação de sites dos coletivos que promovem invenções colaborativas e a realização de grupos focais. As reflexões apontam para o reconhecimento de que as produções colaborativas são agenciadas em rede e tendem a propiciar processos de resistência, que geram invenção em busca da transformação social.

Palavras-chave: Psicologia Social; Internet; Colaboração; Subjetividade; Resistência.

Collaborative Inventions in Network Society: subjectivity and collective arrangements

Abstract: *This article provides a reflection on how collaboration and subjectivity are produced in the neoliberal capitalist network society. It proposes a critical analysis based on discourses that are produced by (and about) the construction of collaborative inventions that promote their events and disseminate their ideas through cyberspace, seeking some kind of social transformation. The knowledge exposed by collaborative collectives are put into discussion in order to contribute to a reflection on what they propose in their productions and how they arrange the collaborative inventions collectively. In order to collect information and speeches, the observation of collaborative productions/inventions sites were made, and focus groups were conducted. Reflections lead to consider that collaborative productions are arranged in a network and tend to provide resistance processes, which generate invention in search of social transformation.*

Keywords: *Social Psychology, Internet, Collaboration, Subjectivity, Resistance.*

Introdução

Recentemente, encontramos circulando no e com o ciberespaço a divulgação de eventos, projetos, intervenções nas cidades e movimentos civis que apresentam propostas ligadas à colaboração. As divulgações, convites e sites na internet se referem a ações que se propõem a, por exemplo, cuidar da cidade, trazer melhorias a um determinado espaço, promover convivência, aprendizagem, eventos e/ou encontros (e.g., *Shoot the Shit, Porto Alegre Como Vamos e Nós.vc*). Podem-se encontrar definições diferentes para os diferentes coletivos e produções, mas também é possível encontrar diferentes propostas em projetos e operações agenciadas pelo mesmo grupo de pessoas e/ou produção colaborativa. Há, sem dúvida, uma produção profícua de ideias e ações catapultadas pela rede, que merecem atenção da psicologia social.

A proposta deste artigo é construir uma discussão que nos possibilite refletir, na sociedade neoliberal capitalista e configurada em rede, sobre produções colaborativas e construção de subjetividades. Trata-se de uma discussão acerca da construção dos discursos produzidos em invenções colaborativas que promovem suas manifestações e divulgam suas ideias por meio do ciberespaço, buscando algum tipo de transformação social. Especificamente, colocaremos em discussão os sentidos e significados atribuídos aos saberes que os coletivos trouxeram à tona, quando questionados sobre o que propõem nas suas produções e como agenciam coletivamente as invenções colaborativas.

A globalização, o desenvolvimento de novas tecnologias e a configuração da "sociedade em rede" (CASTELLS, 2011) parecem trazer à humanidade desafios de natureza subjetiva. "As redes interativas de computadores crescem exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldam a vida e, ao mesmo tempo, são moldadas por ela" (CASTELLS, 1999, p.40). O próprio capitalismo, sem deixar de ser capitalismo, é reestruturado.

A estrutura social que se vem formando, influenciada por tendências presentes nas últimas duas décadas do século XX, foi denominada sociedade em rede por ser constituída por redes em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social (CASTELLS, 2011, p. II). Apesar de ser facilitada pela chegada da internet, essa configuração é mais relacionada ao processo de reestruturação capitalista do que determinada pelo desenvolvimento das tecnologias. De qualquer forma, as mudanças tecnológicas e as consequências delas são eventos que ocorrem em um contexto, com suas causas, suas demandas e agenciamentos, que produzem e atuam no espaço social em rede.

Deleuze e Parnet (1998) dizem que é a economia e o financiamento dos vastos agenciamentos como capitalismo (assim como acontece também no socialismo) que "põem em jogo tipos de regimes, de signos e de máquinas abstratas bem diversas" (DELEUZE; PARNET, 1998, p.92). No capitalismo, afirma Guattari (2006), a produção de subjetividade compõe toda e qualquer produção, uma vez que as forças sociais que administram o capitalismo produzem esquemas dominantes de percepção do mundo.

Referindo-se às transformações tecnológicas, o autor afirma a tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade, com o uso do computador, por exemplo. Mas também alerta para a importância de evitar tanto qualquer ilusão progressista, quanto a visão sistematicamente pessimista. Tudo

dependerá de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. “O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a *mass-medialização* embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos” (GUATTARI, 2006, p.15-16).

As produções colaborativas em rede podem ser, então, compreendidas como processos de invenção. São agenciamentos coletivos, considerando que “a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.31). As produções colaborativas são sempre compostas por multiplicidades de cartografias: a do Estado, a de cada participante da produção, a cartografia familiar, e também a cartografia das pesquisadoras. A interação dessas cartografias dá seu regime aos agenciamentos de subjetivação,

Trata-se de produção de saberes e agenciamentos de discursos, sempre da ordem do coletivo. Isso quer dizer que os agenciamentos de enunciação “são abordados enquanto efeitos dos encontros (nunca coincidentes) de visibilidades e enunciabilidades constitutivos dos saberes, sobre os quais se exercem as relações de poder” (ROCHA, 2007, p.404). No enunciativo, o foco está sempre voltado para os seres de fala, internos à linguagem. Aponta para a maneira pela qual os sujeitos falantes agem na encenação do ato de comunicação (CHARADEAU, 2009).

Assim, ao nos direcionarmos àqueles que compõem e inventam produções colaborativas, podemos propor que abramos mão do termo protagonista para considerá-los agentes coletivos. É com essa premissa que olhamos para os agenciamentos de enunciação e, se pudermos assim chamar, as invenções colaborativas. Ou seja, ousamos relacionar os agenciamentos coletivos, sobre os quais nos propomos a refletir, aos “processos de invenção” (KASTRUP, 2008, p.120), que não pressupõem os sujeitos como fonte do processo de invenção, mas como um de seus produtos. O outro produto dos processos de invenção, para a autora, é o próprio mundo.

Pensar processos de invenção, nesse sentido, parece nos aproximar do que Deleuze e Parnet (1998) chamaram de funções criadoras, definidas como usos não conformes – do tipo rizoma (e não mais árvore) –, uma vez que procedem por interseções, cruzamentos de linhas, pontos de encontro no meio. Nas funções criadoras “não há sujeito, mas agenciamentos coletivos de enunciação; não há especificidades, mas populações, música-escritura-ciências-audiovisual, com suas substituições, seus ecos, suas interferências de trabalho” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.23).

Com base nessa visão sobre agenciamentos coletivos, fomos a campo com o intuito de conhecer, na medida do possível, a manifestação do que é visível e enunciável nesses agenciamentos que propõem a colaboração em projetos e operações circulados no (ciber)espaço. Os parênteses no termo (ciber)espaço se apresentam porque os agenciamentos (voltados à colaboração, aos quais nos referimos) se fazem ver nas ruas das cidades, nos jornais, e na web. Entretanto, se utilizam de ferramentas digitais e se apropriam da movimentação em rede que ela proporciona para divulgar suas ideias e/ou materializar seus processos de invenção.

Método 1

Com base em um delineamento qualitativo para a análise da construção das informações empíricas, nos propomos a articular concepções da teoria crítica pós-moderna (e.g., CASTELLS, 2011, 1999; SANTOS, 2007) com o princípio da diferença (e.g., GUATTARI, 2006, 2004; KASTRUP, 2008). Assumimos uma posição “intermediária”, para usar uma expressão de Santaella (2010, p.65): não nos deixamos dominar por “uma dispersão quase delirante à La Baudrillard” (SANTAELLA, 2010, p.65) nem nos calcificamos nos “limites de nossa tradição marxista, que continua sendo muito importante, mas deve ser objeto de uma “ecologia de outros saberes” (SANTOS, 2007, p. 60). Isso só é possível se concebermos o ser humano como dialógico, que vai se construindo a partir das relações que vai estabelecendo com outros seres humanos, sendo, portanto, sempre único, singular, original e plural, o que vai ao encontro de uma psicologia social crítica.

As técnicas escolhidas para construção das informações consistem em levantamento documental no ciberespaço, via consulta atenta aos sites (e/ou páginas no *Facebook*) dos coletivos aqui estudados, e em grupos focais, que são adequados especialmente quando se deseja estudar o conhecimento (saber) das pessoas, seus discursos e suas interações no que se refere a uma situação ou objeto específico (ROSO, 1997; KIND, 2004).

A seleção dos participantes foi intencional. Observando o fluxo de informações sobre propostas e projetos colaborativos promovidos na cidade de Porto Alegre (RS), as autoras tiveram conhecimento de uma produção colaborativa em rede denominada “*Shoot the Shit*”², com a qual entraram em contato para sondar se os integrantes teriam interesse em participar de uma pesquisa no campo da psicologia social. Não recorremos ao mecanismo de busca do Google, haja vista que uma característica marcante das novas gerações de usuários de internet e geradores de conteúdo na rede, em tempos de web 2.0, é o constante esforço em direção à não categorização de si e dos respectivos projetos. Assim, esses projetos colaborativos muito dificilmente são cadastrados em listas telefônicas, tampouco ligados a entidades civis registradas. Esse fato nos distancia da possibilidade de evidenciar os projetos participantes da pesquisa por meio de uma abordagem àqueles que utilizam uma palavra específica para definir-se no site, o que os tornaria de fácil acesso, uma vez que se pudesse categorizar uma pesquisa em ferramentas de busca como o Google.com.

Perante a resposta positiva do *Shoot the Shit*, optamos por solicitar a esses agentes que indicassem nomes de outras produções com propostas semelhantes. Desse modo, já poderíamos considerar, no próprio processo de seleção dos participantes, importantes

1 O artigo deriva da dissertação *Colaboração, (Ciber)ativismo e Subjetividade*, a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 03336512.4.0000.5346) [extraído para garantir o parecer às cegas], sendo que cada participante, antes da realização dos grupos focais, conheceu, concordou e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2 Disponível em <http://www.facebook.com/shoottheshitws>

informações a respeito de como os primeiros agentes convidados a participar se veem e com quem se identificam.

Os participantes desse estudo são pessoas com idade adulta e integrantes de produções colaborativas na rede. Para serem incluídos no grupo de participantes dessa pesquisa, foi preciso que tivessem idade maior que 18 anos e que fossem indicados por algum outro integrante de produção colaborativa que já tivesse sido indicado também para participar da pesquisa. Além disso, optou-se pelas produções na web que fossem brasileiras, podendo ser movimentadas por iniciativa privada ou por sociedade.

O número de grupos focais do estudo foi determinado por critério de saturação das informações obtidas. “Entende-se que a saturação é atingida quando a introdução de novas informações nos produtos da análise já não produz modificações nos resultados anteriormente atingidos” (MORAES, 2007, p.199). Foram indicadas 23 pessoas para participar da pesquisa – das quais 13 compareceram – distribuídas em dois grupos focais, de acordo com disponibilidade de horários dos participantes. Mais integrantes foram indicados em meio às falas produzidas nos grupos focais, mas as pesquisadoras optaram por realizar a análise primeiramente com o material produzido naqueles dois encontros, antes de prosseguir no mesmo método de coleta de informações.

Os encontros dos dois grupos focais foram realizados em local de conveniência para os participantes e foram inicialmente programados para ter uma duração de no máximo 120 minutos. O local foi escolhido com base em critérios que propiciassem aos participantes se sentirem à vontade para dialogar, sendo adequado para que se mantivesse o sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, além do conforto ao grupo.

Os grupos encontraram-se em uma sala de reuniões alugada especialmente para essa ocasião, em Porto Alegre. O primeiro grupo focal, com oito participantes, foi mediado pela autora da pesquisa e contou com a colaboração de um co-mediador experiente em grupos focais. O segundo grupo focal contou com a presença de cinco participantes e foi mediado apenas pela autora da pesquisa. O convite para que falassem sobre as produções colaborativas foi o disparador para que a conversa começasse. Desde o início dos grupos era perceptível aos mediadores a motivação dos participantes em falar de si e do que faziam, bem como o interesse, inclusive verbalizado, de conhecerem uns aos outros e de saberem mais sobre suas produções. Assim, não foi proposta qualquer outra dinâmica ou técnica como dispositivo para que o grupo interagisse e expusesse suas ideias. Os grupos focais foram gravados, mediante autorização dos participantes, e transcritos.

No percurso de mediação dos grupos focais, convidamos os participantes a se apresentarem e contarem sobre suas produções. Procuramos, assim, deixar aberto, para que eles falassem do seu modo, usando as próprias palavras para dar sentido ao discurso ali construído. Nossa curiosidade se sustentava, durante essa etapa da investigação, na busca por compreender sentidos e significados atribuídos aos saberes que os participantes traziam sobre as produções colaborativas agenciadas coletivamente.

Para a discussão, primeiramente, apresentamos as propostas dos coletivos, conforme estão expostas em seus respectivos sites e/ou páginas do *Facebook*. Depois, contrastamos essas propostas com aquelas que encontramos em meio aos discursos produzidos nos grupos focais. Ao escutar, colocar em repouso, sacudir e decantar seus discursos, vamos aprendendo sobre as produções colaborativas: como se colocam no

mundo e de que modo se veem, como compreendem as operações em Rede (no ciberespaço ou não), como (e se) vivem a colaboração, e que sentidos atribuem aos agenciamentos que operam.

Falando do que fazem, os participantes se produzem. Apresentam-se àquele encontro do grupo focal e posicionam-se, desde o primeiro momento, contando de que forma criam e são criados pelas (próprias) produções, que entram na roda. É assim que damos sentido aos discursos que produzem. Tendo os objetivos em mente, dividimos nossa discussão e análise em dois tópicos: (a) As propostas das invenções colaborativas e (b) Em Rede: como as invenções colaborativas se agenciam coletivamente?

As propostas das invenções colaborativas

Compareceram nos grupos focais representantes de oito coletivos: *Shoot the Shit*, (<http://www.shoottheshit.cc/>); o *Porto Alegre Como Vamos*, (<http://www.facebook.com/poacomovamos>); o *Nós.vc* (<http://www.facebook.com/nos.vc> ou <http://nos.vc/>); o *RUA (Rastro Urbano de Amor)*, o *Guerreiros sem Armas*, (<http://www.guerreirossemarmas.net/>); o *Oasis* (<http://oasismundi.ning.com>), o *Cidade Baixa em Alta* (<http://cidadebaixaemalta.com.br>), e o *Raiz Urbana* (<http://www.raizurbana.com.br>).

No primeiro grupo focal, estiveram presentes quatro coletivos, contando com cinco mulheres e dois homens. No segundo grupo focal, seis coletivos, composto por duas mulheres e três homens. Os participantes podem representar mais de um coletivo, já que alguns desenvolvem suas ações em coletivos diferentes.

Nos sites, o *Shoot the Shit* se apresenta como um **coletivo** que se propõe a promover movimentos civis; o *Porto Alegre Como Vamos* se define como um **movimento pela participação** da sociedade nas políticas públicas; o *Nós.vc* se apresenta como uma **plataforma de crowdlearning**, que se propõe ao aprendizado colaborativo; o *RUA*, a sigla de *Rastro Urbano de Amor*, é um **coletivo** que se apresenta com a frase “Gente que quer ver e mostrar a cidade da gente”; o *Guerreiros sem Armas* descreve-se como “um **programa internacional de formação vivencial** de jovens em liderança e empreendedorismo social, que são treinados em **tecnologias para transformação de realidades em qualquer lugar do mundo**”; o *Oasis*, segundo o site, é um **movimento mão na massa** para fazer acontecer o mundo que sonhamos; o *Cidade Baixa em Alta* se apresenta como um **grupo** formado por comerciantes locais que tem como objetivo trazer de volta ao bairro toda cultura, entretenimento, música e diversão; e o *Raiz Urbana* é um **movimento de incentivo** à conscientização e produção de alimentos em ambiente urbano.

Em uma leitura atenta, podemos observar que nas definições de cada um desses coletivos existe algo que parece conectá-los. Esse algo é a noção de que as ações se fazem em coletivo, junto a um ou mais grupos de pessoas. Alguns se denominam diretamente como coletivos, tornando muito clara essa percepção. Mas há também, nas outras apresentações, esse sentido subjacente. Vejamos com calma cada expressão/palavra destacada por nós anteriormente.

O *Porto Alegre Como Vamos* propõe um **Movimento pela participação da sociedade**, que implica considerar que se deseja a participação de um coletivo “maior”, no caso, a

sociedade como um todo. A proposta da **plataforma de crowdlearning**, do *Nos.vc*, traz no significado das palavras a participação da multidão. *Crowd* significa multidão e *learning*, aprendizagem. O termo multidão, nesse caso, parece ser usado no mesmo sentido adotado e desenvolvido por Negri (2004). O autor postula a multidão como um conceito de classe, propondo que se redefina a noção de exploração como “exploração da cooperação”:

Cooperação não de indivíduos, mas de singularidades, exploração do conjunto de singularidades, das redes que compõem o conjunto e do conjunto que abarca estas redes e assim por diante. [...] Também o conceito de massa (como multiplicação indefinida dos indivíduos) é um conceito de medida, e mais ainda, foi construído pela política econômica do trabalho com esta finalidade. Nesse sentido, a massa é o correlato do capital – assim como o povo é o correlato da soberania. [...]. Por outro lado, a exploração da multidão é incomensurável; em outras palavras, é um poder que se confronta com o poder de singularidades fora de qualquer medida, singularidades que se encontram em cooperação para além do mensurável. (NEGRI, 2004, p.16).

Assim, o *crowdlearning* se parece com uma proposta coletiva, mesmo porque é uma plataforma que deve ser alimentada por conteúdos, e o site explica que quem os alimenta é a multidão. Além disso, por declarar-se junto à palavra “colaborativo” – a proposta do *Nós.vc* é “aprendizado colaborativo”, como relatado – já se mostra com o intuito de reunir pessoas, realizar em coletivo. Como demonstra Malini (2008), refletindo sobre a obra de Le Glatin,

[...] o fundamento da colaboração em nova mídia é a reinterpretação coletiva [...]. Esta serviria como uma proposição rítmica original para que uma sugestão inicial possa ser modificada ou complementada. Assim, certas obras disponíveis na rede não corresponderiam mais ao conceito de obra acabada, ao contrário, a obra é resultado provisório de um processo coletivo (MALINI, 2008, p. 4).

A proposta de ser um **programa internacional de formação vivencial de jovens em liderança e empreendedorismo social**, que constitui o *Guerreiros sem Armas*, é a que inicialmente não dá muitos indícios de ser composta de pressupostos ligados à ação coletiva. Parece-nos, até esse ponto da frase, que os jovens interessados em saber sobre liderança e empreendedorismo social procuram o programa por interesse próprio, como se faria na busca por cursos e programas de qualificação em geral. Entretanto, a parte da proposta que diz **que são treinados em tecnologias para transformação de realidades em qualquer lugar do mundo** nos leva a considerar que, para transformar realidades, é provável que sejam mobilizados grupos em diferentes partes do mundo, que se organizam coletivamente para aprender e transformar. Retomaremos essa discussão mais adiante, quando analisarmos os discursos no grupo focal.

A proposta do *Oasis*, de ser um **movimento mão na massa para fazer acontecer o mundo que sonhamos**, parece se tratar de um agenciamento coletivo pelo fato de ter se colocado no plural “**o mundo que sonhamos**”. O *Cidade Baixa em Alta* se apresenta como um **grupo**, declarando, nessa definição, que age, propõe, atua coletivamente.

O *Raiz Urbana* deixa algumas pistas de que considera, no movimento proposto, a mobilização coletiva, uma vez que as palavras movimento de **incentivo e conscientização** nos levam a compreender que as pessoas que vivem no ambiente urbano – um coletivo, talvez – serão incentivadas a produzir alimentos. A palavra **movimento**, que aparece em algumas das propostas, parece sugerir uma mudança. A

frase: “movimento de incentivo à conscientização e produção de alimentos em ambiente urbano” pode estar reproduzindo ou afirmando a ideia, talvez, de que no ambiente urbano, em geral, não se produz alimentos.

Essas produções foram representadas nos grupos focais. Seus participantes foram convidados, porém nem todos tiveram disponibilidade de comparecer. De qualquer forma, os discursos colhidos sobre elas, em muitos casos, se parece sobremaneira com as propostas escritas nos sites. Em outros, parecem divergir.

O *Shoot the Shit* é apresentado nos grupos focais como “um coletivo criativo”, que está “virando empresa” e que “faz ações pela cidade, para a cidade”. O *Porto Alegre Como Vamos* é destacado nos grupos focais por buscar promover uma “mudança de cultura” que “vem a partir não só da ocupação dos espaços públicos, mas fala de [...] política”. Como proposta, fica em evidência nos discursos a “quebra de paradigmas” em relação a “direitos iguais” e a questionamentos sobre “o que é democracia”. As ambições do grupo apresentam-se gigantes: “de fazer muitos e muitos e muitos projetos megalomaniacos”. Também é exposta nos discursos de seus participantes a proposta de promover “transparência no setor público, prestação de contas”.

Nos.Vc é apresentado nos grupos focais como a busca por promover encontros que proporcionem “viver de encontro [...], ver a vida das pessoas, e olhar nos olhos, e trocar, e trocar, e trocar”. Nas falas que se referiam ao *Nos.vc* é muito presente a ideia de mudar o modo como se aprende, de como se faz educação. Nisso se justifica o desuso de termos como aula e curso, e a adoção da palavra encontro.

O *RUA* é relatado nos grupos focais como proposta de gerar ações no espaço urbano. O ponto em comum entre essas ações é que sejam “efêmeras, bem surpresa, simbólicas, respiro no meio do caos”. Não são atividades contínuas, são eventos – normalmente de um dia – em que se reúne um grupo de pessoas para um determinado escopo. Por exemplo, uma das ações consistiu em sair à noite para colar corações de isopor vermelhos em estátuas e monumentos das ruas da cidade. Outra, em reunir 300 pessoas em um local próximo a uma ponte dos açores, com a proposta de valorizar e relembrar um monumento antigo e “quase esquecido” de Porto Alegre.

O *Guerreiros Sem Armas* é apresentado nos grupos focais como um programa que acontece de dois em dois anos, sempre em Santos. Participam, em média, 50 pessoas e, como verbalizado, “a gente aprende vivenciando”:

A gente não tem aula na verdade no Guerreiros, então a gente vai pra comunidade e a gente recebe algumas orientações ali que são as orientações **que vêm no jogo**, que vai ser um jogo de tabuleiro. Então a gente abre, abriu ali as cartinhas, montou o tabuleiro e começou a jogar o jogo. E aí, no final de cada, no final de cada etapa a gente recebe algumas orientações sobre a etapa pra poder facilitar depois (informação verbal, M3/GF2).

O curso dura 30 dias de imersão para “conhecer uma metodologia na prática” com outras pessoas de diferentes países. Constitui-se, desse modo, dentre os coletivos aqui em foco, o único que apresenta um caráter itinerante.

O *Oasis* é apresentado nos grupos focais na primeira pessoa, diferente de como se coloca no site:

Eu mobilizo pessoas e comunidades pra realização de sonhos coletivos (...) **Meu maior objetivo** fazendo o Oásis é proporcionar pras pessoas que elas estejam em pleno potencial (OASIS, online).

Os termos “mobilizo pessoas e comunidades” e “sonhos coletivos” parecem pressupor a preocupação com o coletivo, a construção de sonhos em conjunto. Mas o uso da primeira pessoa do singular tende a nos fazer considerar a existência do sentimento de estar só para realizar o que o Oásis se propõe a fazer. Porém, nos parece importante assinalar também a possibilidade de que o coletivo e o discurso se mesquem nessa frase, isto é, que o coletivo é que esteja sendo representado pela primeira pessoa do singular e não um de seus participantes, como poderia parecer. Essa possibilidade é afirmada nos discursos:

O Oásis acontece quando um grupo de pessoas se interessa em fazer Oásis, e agora tá acontecendo Oásis em Porto Alegre. [...] É mais ou menos assim que rola: as pessoas **se encontram** e: ‘vamos fazer o Oásis?’ ‘Vamo, vamo’. E aí comecei a correr atrás e comecei a montar a programação, procurar definir a comunidade. Então se escolhe uma comunidade. [...] Pra que aconteça o Oásis num local, **a comunidade tem que aceitar**, tem que ter vontade de que o Oásis aconteça. [...] Pra esse Oásis, ao todo, eu acho que eu já tive umas 60, 70 pessoas que circularam entre as etapas que já aconteceram, acho que foi bastante. Normalmente, pro oásis precisa de um número menor de pessoas... Então, **a gente** vai pra comunidade com, inicialmente com o objetivo de buscar o que tem de bom nessa comunidade e não o que tá faltando. [...] **O nosso** primeiro encontro é mais pra trabalhar com o **grupo de voluntários, que a gente chama de mobilizadores**, pra **trabalhar a cabeça desses mobilizadores**, então esquece o foco do ruim, do que tá faltando, do que te incomoda, do que incomoda os teus olhos (informação verbal, M3/GF2).

Nos termos destacados, é possível perceber a presença de uma preocupação em produzir em conjunto e de respeitar que a comunidade aceite. Chamar os voluntários de mobilizadores é também propor mudança, movimento, mobilização para que as ações aconteçam. Por outro lado, “trabalhar a cabeça” nos remete ao indivíduo, a uma suposta possibilidade de modificar a mente dos “mobilizadores”: mudando a mentalidade muda-se o mundo – discurso próximo à teoria positivista-funcionalista. Assim, o risco em “trabalhar a cabeça” ou formar a mentalidade de alguém é de amortecer as diferenças, de absolutizar visões de mundo.

De acordo com o que ouvimos nos grupos focais, as propostas parecem ter em comum, além da noção de coletivo, uma busca por mudar: as cidades, uma comunidade, o modo de ensinar, o modo de fazer política. Parecem ser invenções que, ao mesmo tempo, protestam e propõem algum (outro) modelo. Os parênteses nos servem aqui para questionar se a novidade proposta pelas invenções de fato é diferente do que já é vigente na nossa estrutura social.

Nesse sentido, podemos pensar as propostas dessas produções como modos de fazer resistência. Resistência, segundo Kastrup (2008), pode ser vista tanto no sentido negativo quanto no sentido positivo. O negativo, segundo a autora, pressupõe que resistir a uma coisa é não aderir a ela, o que implica suspender o que se apresenta como uma atitude natural. Consiste, então, em uma experiência de estranhamento e tensão em relação a um saber. Já o sentido positivo está relacionado ao fato de que a resistência propicia a criação de outras formas de existir e de outros mundos. Assim, a resistência é

vista como “vontade de outra coisa”, “bifurcação em relação às formas atuais do mundo e das subjetividades”:

Acreditamos que esses dois sentidos da resistência não são dicotômicos e lineares, até porque, muitas vezes, é preciso não aderir a algo para poder (re)inventar. As pessoas podem, em dado momento, resistir negativamente a um acontecimento ou objeto e, em outro, resistir positivamente, como é o caso da adesão às novas tecnologias.

Pensando na ótica da resistência, surge a pergunta: a que os coletivos não querem aderir e a que eles querem? Essa é uma pergunta difícil que tentaremos enfrentar. Se considerarmos a resistência negativa, em seus discursos aparece claramente um descontentamento com o cotidiano de trabalho:

Sou formada em [nome do curso], trabalhei **5 anos** com pesquisa [...]. Hã, larguei, cansei da [nome do curso], não era o que tocava o meu coração, não era o que me mobilizava, não me identificava nem um pouco com aquilo. Aquilo me fazia sofrer bastante, e aí eu decidi fazer [outro curso] (informação verbal, GF2/M1).

Aí eu fiquei **5 anos** em [nome da cidade], me enchi de tédio daquela cidade pequena... que é legal e tal... e eu disse: ‘vou embora.’ [...]. Daí eu vim pra [nome da cidade]. Só que eu não queria essa correria já de agência, de virar noite, de passar, sabe... esse tipo de [profissional] que diz com o maior orgulho ‘bah, passei, virei o final de semana todo na agência fazendo trabalho’, tipo... (informação verbal, GF1/M1).

Apesar de descontentes, eles permanecem por um longo período no mesmo local de trabalho, acomodados, mas não sem resistência, pois o desejo é não aderir à ideia “pós-moderna” de trabalho. Essa mesma resistência negativa parece propulsionar algumas pessoas à resistência positiva, isto é, o desejo de mudança consegue tomar conta.

De qualquer forma, para considerar as propostas dos coletivos como resistência positiva, devemos antes investigar se os agenciamentos coletivos de fato oferecem outros modos, se apontam para pontos de vista diferentes dos vigentes. Não perdemos de vista, portanto, a hipótese – que não exclui, mas convive com a anterior – de que talvez os participantes dos grupos focais tragam à roda argumentos e saberes sustentados pelos mesmos pressupostos em que se apoia a cosmovisão capitalista neoliberal, já vigentes e predominantes na nossa estrutura social. Sob esse aspecto, talvez, a invenção seja uma repetição com uma roupagem diferente.

As propostas, de forma geral, nem sempre aparecem com contornos definidos. Observando as ações inventadas e/ou desenvolvidas, consegue-se chegar a algumas conclusões, mas talvez elas não se confirmem em um curto espaço de tempo. Conforme observamos, as invenções colaborativas parecem ter algo de efêmero em comum. Agenciamentos que acontecem uma só vez, com os coletivos que se articularam em rede naquele momento, e com intuito de defender uma causa que não necessariamente estará presente nas próximas produções propostas.

Uma janta entre amigos e já estávamos com a ideia de fazer o Poesia Expressa, mas como? Sem sujar, né? O limite do que que é vandalismo, do que que é arte, do que que é efêmero... **porque não precisa ficar ali pra sempre**. E daí, tá, apareceu na nossa frente, né... a gente tem que fazer [...] E as pessoas sempre, né: ‘Ah, por que que não tem dinheiro? Por que que não tem no *crowdfunding*, né? Por que que não tem apoio de alguém?’ Bom, porque é muito rápido. Né? **A gente pensa e sai fazendo, o**

planejamento ele é assim, bem rápido mesmo e... se não a gente perde o tesão, né? (informação verbal, GS1/M4).

Não precisa ficar ali pra sempre é uma verbalização que representa o caráter efêmero das propostas de invenção colaborativa e que nos conduz à associação das invenções colaborativas com a criação artística. Como obras de arte, as invenções colaborativas se atualizam em aparições fulgurantes. Comovem, movimentam, aumentando a rede de coletivos, mas sem se preocupar em fazer durar a experiência de uma operação em si, permitindo que a sensação proporcionada por cada ação seja vivida intensamente. Uma operação, por exemplo, calcada na proposta de colar corações em estátuas e monumentos espalhados pela cidade, durante uma noite, é apresentada sem a pretensão de que os corações permaneçam colados ou que a atividade seja promovida novamente na mesma cidade:

O Aqui Bate um Coração, então, foi colocar corações de isopor em estátuas, vermelhos né, pra chamar a atenção [...] para o patrimônio público, pra dar **um respiro no meio do caos**. Acho que o Bate um Coração foi a representação mais intervenção que a gente teve, assim. **Bem efêmera**, bem surpresa, simbólica, **respiro no meio do caos**, que acho que é a liga de tudo que a gente entende [...] de intervenção. [...] Ficamos encantados [...] daquilo que nos trouxe de retorno de [...] tá fazendo alguma coisa, de nunca mais passar no laçador e ser igual, né? De despertar uma relação afetiva com a cidade e de pertencimento, acho que isso aí foi o motor [...] de continuar fazendo coisas (informação verbal, M4/GF1).

Nessa análise das propostas dos coletivos, tendemos a compreender que elas, de fato, são bastante congruentes ao se afirmarem na busca por agir em grupo, agir coletivamente. Também é significativa nos discursos produzidos nos grupos focais a presença da preocupação em respeitar a comunidade em que as ações serão propostas. Além disso, conforme vimos, parece haver sempre uma vontade de mobilizar pessoas para uma mudança, o que nos leva a refletir sobre movimentos de resistência, ligados à posição de não aderir a algo e/ou à invenção. Essa constatação nos leva a chamar as produções estudadas de invenções colaborativas. Elas trazem elementos, além de resistentes e inventivos, efêmeros, quando se refere ao caráter dinâmico e imprevisível da criação artística e da experiência estética que, segundo a autora, as torna um refúgio para sustentar a subjetividade contra as forças objetivas massificadoras. Mais do que isso, as torna um **“respiro no meio do caos”!**

Em Rede: Como as invenções colaborativas se agenciam coletivamente?

Seguindo as pistas que encontramos ao longo dos diálogos construídos, procuramos trilhar um caminho que leve a compreender como os agenciamentos coletivos produzem invenções e subjetividades. Os grupos focais proporcionaram o encontro de pessoas que já pareciam estar articuladas, mesmo se não se conhecessem presencialmente, o que significou que no grupo focal já existia uma articulação prévia entre coletivos, mesmo que os participantes da pesquisa ainda não tivessem se conhecido presencialmente antes da pesquisa.

Ao iniciar os dois grupos focais, logo foram identificados, entre os participantes, amigos em comum e contatos feitos anteriormente. Os discursos durante os grupos expõem a busca por trabalhar em rede e essa articulação em rede emerge quase como

uma visão de mundo, que é “construída a partir de uma prática, de um ‘se colocar’ no mundo; é uma construção dialética entre enxergar, perceber e agir” (ROSO, 2007, p.81).

Com base nessa concepção, queremos dizer que os discursos produzidos nos grupos focais nos levam a considerar que há um ‘modo-rede de se colocar no mundo’. Nele, enxergamos, percebemos, sentimos e agimos em rede. Há uma espécie de simbiose do humano com a rede (ou seria vice-versa?).

O discurso produzido nos grupos focais parece representar essa nossa impressão. Antes de acontecer, o grupo já tentava responder uma pergunta produzida por eles mesmos, não pelos mediadores: o que é que une os participantes que ali se apresentavam para a pesquisa? Eles defendem a opinião de que é exatamente essa visão de mundo – modo-rede de se colocar no mundo – que une as propostas que se apresentam nas invenções colaborativas participantes da pesquisa:

Nós todos, assim, acho que somos os que trabalhamos em rede, assim. Acho que é o ponto... (informação verbal, M4/GF1).

Entendemos, com isso, que as invenções colaborativas se agenciam coletivamente por meio da articulação em rede. Os estudos de Castells (1999) levam à conclusão abrangente de que, como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes, isto é, como “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 1999, p.565).

Sob o ponto de vista do autor, redes constituem “a nova morfologia social de nossas sociedades”. Diante disso, a “difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência” (CASTELLS, 1999, p.565). Assim, interpretarmos que os participantes da pesquisa, ao se organizarem em rede, trazem no discurso e nos saberes expostos códigos de comunicação que são compartilhados entre os coletivos, antes dos encontros de grupos focais.

De fato, existe um discurso peculiar que circula nesses coletivos que não é necessariamente familiar a todas as pessoas. Trata-se de discursos que põem em ação valores, sentidos, significados que subjetivam e produzem, a todo tempo, as invenções e os coletivos, delineando certa visão de mundo (um modo-rede de se colocar no mundo). A tentativa de explicar por que um coletivo move ações colaborativas passa a produzir, nos grupos focais, discursos de relato da dificuldade de fazer pessoas que não estão articuladas em coletivos *online* compreenderem, numa sociedade de fortes valores capitalistas neoliberais, que alguém quer ajudar ou agir coletivamente:

Se eu falar que eu, por exemplo, o [nome da produção]: eu gastei um dia, uma meia hora, pra explicar o quê que era o [nome da produção]. E a pessoa não entendeu! E não é uma questão de cognição, é porque não participa dessas questões. Então, não é questão que a pessoa é burra (risos), mas é que a pessoa não tá por dentro. Então, tu fala certas linguagens que a gente fala aqui e se entende, mas tu fala pras outras pessoas e elas não entendem essas linguagens, são determinados vocabulários que a gente partilha... (informação verbal, M4/GF2).

*Invenções colaborativas na sociedade em rede:
subjetividades e agenciamentos coletivos*

A questão que fica é sobre o que os impede de falar de um modo que os outros possam entender. Não seria justamente as “*certas linguagens*” que dificultam a aproximação do coletivo de mais pessoas? O risco que se corre é que “*determinados vocabulários que a gente partilha*” possam servir como um divisor de águas, colocando de um lado o que “participa dessas questões” e de outro o que não participa.

A esse divisor de águas contrapõe-se algo da ordem do altruísmo, ou melhor, em suas palavras, da ordem do amor. Foram usadas expressões como fazer no amor, que significa fazer sem preocupação com o dinheiro, com o retorno:

[a gente faz tudo] No amor... (informação verbal, M1/GF1).

A gente se ajuda, e não é pegadinha, sabe? É isso aí mesmo! Então eu acho que, esse é o amor, assim. Sabe? de... a ajuda vem, sem nada em troca, sabe? E é isso, eu acho, que nos une, que nos mantém com tesão de continuar fazendo as coisas (informação verbal, M4/GF1).

Daí eu vim, ano passado ainda, num evento aqui do [nome de um coletivo]; conheci o [nome de um participante], conheci os guris. Fiquei encantada, assim. Aí eu: – ‘mas como, ahn? ... o [nome do coletivo]? Daí eles fazem as coisas pela cidade? Mas o que eles ganham? Qual é o por trás, sabe? Faz isso só, faz isso só por amor mesmo? Existe gente?’ Porque eu faria só por amor, mas até ali eu era lobo solitário, sabe? Assim... ‘Será que faz mesmo? E o quê que ganha?’... Foi um processo de entendimento (informação verbal, M6/GF1).

Compartilha-se, então, o valor de ajudar uns aos outros e isso é chamado de amor ou, como aparece em outros momentos dos grupos focais, “*fazer no amor*”. O uso da palavra tesão pode ser conectado imediatamente a fazer amor, com a diferença que tesão nos remete a pensar a carnalidade como característica das produções dos coletivos, talvez como um aspecto que os move para desenvolver ideias, projetos, invenções. Essa carnalidade pode significar uma ânsia por sentir no corpo o Outro – aquele Outro que, talvez, se dissipa no ambiente virtual. Algumas palavras presentes nos discursos parecem, então, delinear o modo como se fazem os agenciamentos nos coletivos e nas produções. O agenciamento-colaboração aparece como um modo de querer ajudar, o agenciamento-invenção, como um modo de resistir à mass-mediatização. O agenciamento-tesão parece delimitar um modo como se deseja “continuar fazendo as coisas no coletivo”, como dito no discurso produzido. Uma tentativa de vincular-se à espécie humana (ou seria agora humana-máquina?).

Pensando o desejo como “sempre constitutivo de um campo social” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 365), pode-se então compreender o uso da palavra tesão como tentativa de dizer sobre o devir-desejo, uma vez que

[...] o conceito, [...] comporta duas outras dimensões, as do percepto e do afecto. [...] Os perceptos não são percepções, são pacotes de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que os vivenciam. Os afectos não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles (tornando-se outro). [...] O afecto, o percepto e o conceito são três potências inseparáveis, potências que vão da arte à filosofia e vice-versa. [...]: o ritornelo implica as três potências (DELEUZE, 2004, p. 171).

Trata-se de perceber a rede e engendrar desejos-rede. O devir-tesão parece estar relacionado a conectar as redes e é verbalizado por micro-multiplicidades desejantes, não menos coletivas do que os conjuntos sociais. O amor, o tesão, parece dar conta de responder à pergunta inicial feita por eles antes do grupo focal tomar forma: o que nos une? Mas, ao uni-los, outra pergunta paira no ar: O que nos diferencia? A eles, a noção de diferenciação do Outro, daquele que não está diretamente envolvido no coletivo, é marcante e necessária:

[...] acho importante a gente não precisar buscar consenso sabe, mas, tipo, isso é outra coisa que me incomoda também: nesses vários encontros que a gente vai, se encontra e... não porque todo mundo tem que concordar com o que todo mundo diz. Poh, são várias diferenças tão importantes! Pode não gostar, mas nem por isso não vai ter empatia, não vai tá conectado. Eu acho que essa coisa de ter que tá todo mundo concordando... (informação verbal, M2/GF1).

Eu acho que é maravilhoso as diferenças. O que eu acho é que a gente tem que bater que é colaborativo. Eu posso não me identificar com tal e tal ação, e não vou participar. Agora, outra coisa é tu não ter um feedback, é tu não ter, sabe? Assim... aí acontece assim: ah não, a galerinha do amorzinho não... (todos falam ao mesmo tempo) [...] Não fazer com que essas identidades [...] não tenham diálogo. Fazer uma ação que tem tudo a ver e que eu queria tá junto com aqui ou com ali, ou com as gurias (informação verbal, M4/GF1).

Nesse diálogo, é defendida a opinião de que talvez alguns coletivos movam ações colaborativas com cujas propostas alguns concordam e outros podem discordar. Entretanto, a expressão “a galerinha do amorzinho não...” expõe certo descontentamento de um coletivo (que se autodenominou nesse discurso ‘a galerinha do amorzinho’) em não ser chamado para participar em conjunto com ações nas quais teria interesse de comparecer. As pequenas redes já estão conectadas por uma visão de mundo que é compartilhada nos encontros e nas ações. Como assinalam os participantes:

Só complementando [...]. Esse ano eu, a minha vida foi basicamente transitar entre essas redes. Então, esse ano eu viajei pra umas 8 capitais brasileiras, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília... [...] E nesses espaços eu fui buscar justamente vocês lá. Buscava essas pessoas lá. Encontrava e... Aí, a minha dúvida hoje não é essa, porque, assim, eu já sei que tem muita gente fazendo isso e... (informação verbal, M7/GF1).

Em pequenas redes. Entende? A gente é a pequena rede daqui que faz um bocado de coisas. A pequena rede do Rio faz um bocado de coisas. O meu tesão agora é começar a conectar essas redes, a gente (informação verbal, M7/GF1).

Talvez essa não seja uma busca pela expansão da rede em si, mas talvez se trate do desejo e da produção desejante que constituem e movem o campo social. Essa hipótese é baseada na ideia de que o desejo “está na produção enquanto produção social, tal como a produção, enquanto produção desejante, está no desejo” (DELEUZE;

GUATTARI, 2004, p.365). A multiplicação desejada, então, talvez seja de desejos-rede, como poderíamos interpretar a partir do discurso:

E acho que cada um é assim, cada coletivo tem o seu conhecimento, as suas experiências e tenta solucionar. E se existir coletivos em todas as esferas, acho que daí sim, sabe? (informação verbal, M5/GF1).

Esse discurso parece apontar para um mundo ideal, onde existiriam muitos coletivos, o que poderia ser interpretado como uma vontade de que houvesse predominância, na sociedade, de subjetividades se articulando coletivamente, engajando-se nas mesmas causas ou compreendendo o mundo da mesma forma. Conforme o diálogo explicita:

Eu acho que a gente se multiplica... eu acredito muito que a gente se multiplica (informação verbal, M2/GF1).

É essa a dúvida que eu tenho, sabe. O quanto a gente consegue se multiplicar mesmo, porque acontece uma ação: “Que massa! Quem é?” Os mesmos... (informação verbal, M3/GF1).

A gente mora numa cidade pequena, vamos dizer, a gente é uma província entendeu? Não tem como ter 525 coletivos do dia pra noite, saca? (informação verbal, M5/GF1).

Tudo bem, mas... (informação verbal, M7/GF1).

Não tem como ter tanto assim... acho que a gente tá criando, a gente tá fomentando isso, tá meio no início entendeu? Tu não pode querer que no início se multiplique de forma exponencial (informação verbal, M5/GF1).

A expressão a gente, grifada por nós, evidencia que, embora em produções, ações, invenções diferentes, os coletivos e as multiplicidades se veem juntos, desejantes da multiplicação de desejos-rede. Os desejos-rede parecem ser constituídos não simplesmente de uma vontade de conectar-se, de engendrar-se em rede, mas de um desejo de fazer junto e de cooperar. Essa ideia nos leva a considerar que os coletivos produtores de invenções colaborativas possam ser vistos no conceito de “multidão” proposto por Negri (2004, p.15). Para o autor, multidão é visto como o nome de uma imanência, como um conjunto de singularidades, como um conceito de classe: a multidão sempre produtiva e sempre em movimento. Já o conceito de massa é que estaria ligado à multiplicação indefinida dos indivíduos, se constituindo como um conceito de medida, assim como o conceito de povo também se constituiria como uma medida. A exploração da multidão é que é incomensurável.

Para Negri (2004), multidão é conceito de uma potência; é analisando a cooperação que se pode descobrir que o todo de singularidades produz além da medida: “Esta potência não deseja apenas se expandir, mas, acima de tudo, quer se corporificar” (p.17).

Já a utilização do número 525 para se referir a um ideal de multiplicação dos coletivos – ou do desejo-rede, como nos propomos considerar – talvez não tenha aparecido por acaso. Ele acaba nos fornecendo pistas para refletir sobre essa potência

que quer se expandir e se corporificar. Curiosamente, o ano de 525 a. C. tem um significado histórico, principalmente, para o contexto que pesquisamos, no aspecto que se relaciona ao desenvolvimento da democracia ateniense. Segundo as pesquisas de Claude Mossé (2004), a palavra “democracia” surge bastante tardiamente no vocabulário político grego. Apesar de sua força vir a ser acentuada mais tarde, com a célebre *Oração fúnebre* de Péricles (MOSSÉ, 2008), relatada por Tucídides no livro II de sua *História da Guerra do Peloponeso*, é por volta do ano de 525 a.C. que são encontradas em representações, pela primeira vez unidas, as duas palavras que formam o termo: *demos* (povo) e *kratos* (poder) (MOSSÉ, 2004). Essa forma de regime político criado pelos atenienses delegava ao *demos* a autoridade soberana na cidade, sendo também objeto de grande discussão e debate, com o intuito de se eleger quais seriam os homens que possuíam a “*politiké techné*”, ou a “capacidade de efetuar um julgamento político” (MOSSÉ, 2004, p.88).

Ancorando-se nessas premissas, e levando em consideração as mudanças do processo histórico e o cenário político que vivenciamos no Brasil nesse ano de 2013, é possível refletir sobre significados da democracia e a representatividade do modelo ateniense. Nesse sentido, a data de 525 a.C. é bastante significativa, pois funciona como marco de processos relacionados à democratização. Boaventura de Souza Santos nos ajuda a pensar a democracia, discutindo novas formas de emancipação social no contexto contemporâneo brasileiro. O autor defende que “perdemos a diversidade de formas democráticas alternativas em que o jogo, a competição entre elas de alguma maneira dava força à teoria democrática” (SANTOS, 2007, p.87). É nesse contexto, segundo Santos, que um novo sentido de coletividade e ação política se faz necessário. Por esses aspectos da sociedade brasileira e em consideração aos discursos produzidos nos grupos focais, é possível visualizar a manifestação e o desejo de um novo tipo de democracia, de uma nova forma de articulação de um *demos* que, por mais distante do ateniense, carrega consigo as raízes do processo que teve condições iniciais em Atenas, mais especificamente, por volta do ano 525 a.C. Esse registro histórico, possivelmente guardado em uma memória coletiva, se assim pudermos dizer, parece ser enunciado nos discursos dos coletivos, quando se referem à busca de novas formas de ação, amparadas em uma determinada concepção de coletividade: multiplicidades agenciadas em rede.

Outros acontecimentos também levam a estabelecer relações entre acontecimentos pelos quais passou a civilização humana, o número 525 e os movimentos propostos pelas produções colaborativas. No ano de 525, o astrônomo Dionísio, o Pequeno, propõe, na obra intitulada *Libellus de Ratione Paschae*, o que viria a ser o calendário oficial cristão. Baseando-se na tábua de Santo Hipólito, Dionísio estabeleceu a cronologia propondo datas essenciais e a referência do calendário Juliano para o cálculo da comemoração pascal (LE GOFF, 1992). Trata-se de um evento que estabelece mudanças de grande expressão na História corrente do período e marca a construção de normas de medidas temporais que foram implementadas depois de grande disputa.

Podemos imaginar que o uso do número 525 especifique, nesse diálogo, a vontade de que, por meio das invenções colaborativas, bem como suas ações e projetos, se multiplique um modo de viver a democracia, e comecem a ser colocadas em prática diferentes regras, construção de normas que, assim como as de medida temporais, rejam nosso modo de viver em sociedade. As verbalizações dos coletivos também nos levam a essa reflexão, na medida em que evidenciam a vontade de quebrar paradigmas em relação à visão e ao exercício da democracia, conforme podemos contatar nos discursos:

[...] política vem com muitas crenças atrás, então não chega a ser racional. Vem a partir de coisas que já tão instauradas e que são coisas que, são paradigmas que a gente quer começar a quebrar. Desde coisas banais, como direitos iguais, até, tipo “gente, que que é democracia?” Entender, tipo, o que é o conceito, como é que se aplica. [...] A gente não chega dizendo assim “ah, a gente não sabe política, a gente quer que as pessoas comecem a pensar na sua vida de uma forma crítica, tipo... e de uma forma coletiva”. Essa é a questão: não é chegar e dizer “isso é certo, isso é errado”. E: “Vamos pensar, entendeu?” Porque a questão da democracia é isso, é o exercício das diferenças, é como trabalhar as diferenças pra que elas tenham as mesmas oportunidades, e a gente foi questionado isso (informação verbal, M2/GF1).

Talvez se possa especular que exista semelhança entre esse discurso e a ideia de repensar a construção de normas para se viver em sociedade – do mesmo modo como quis fazer o astrônomo Dionísio, no ano de 525. Talvez não devamos acreditar no acaso para o uso desse número nos discursos, afinal, um pesquisador crítico interessa-se justamente em olhar para além das palavras. O convite para pensar sobre o exercício das diferenças proposto pelos participantes da pesquisa nos conduz a pensar o quanto essas não são questões parecidas com as que fizeram os gregos começarem a pensar *demos* (povo) e *kratos* (poder), criando o termo democracia.

(Sem)Conclusões...

Considerando que as produções colaborativas são compostas por multiplicidades de cartografias, não tínhamos a pretensão de tocar e discutir todos os aspectos relacionados aos agenciamentos coletivos e às invenções em suas propostas e modos de se agenciarem. Nos temas que conseguimos colocar em relevo e reflexões que pudemos realizar, encontramos e consideramos relevante o interesse por agir coletivamente e propor mudanças – na direção de não aderir a algo e/ou inventar. Também foi significativo o caráter dinâmico das invenções e ações propostas pelos coletivos, algo de efêmero das invenções.

Na intenção de refletir sobre como se agenciam coletivamente, reconhecemos nos coletivos e invenções colaborativas o agenciamento em rede, que parece ser produto e produtor de um modo-rede de se colocar no mundo. Essa visão de mundo é exposta junto à ideia de que a rede de agenciamentos deve se expandir, ser multiplicada. Pode ser que essa visão aponte para uma dificuldade de conviver com a diferença, com outras visões de mundo possíveis, diferentes da visão de mundo nutrida pelos coletivos agenciados em rede. Mas o intento de multiplicar coletivos também nos conduz ao conceito de multidão, proposto por Negri (2004), que se refere ao encontro em cooperação para além do mensurável. Nesse sentido, a multiplicação parece se referir não ao número de coletivos em si, mas a uma forma de avaliar cooperação, ainda não definida.

O modo, em rede, como são agenciadas as invenções colaborativas, nos leva a considerá-las processos de apropriação e/ou de criação de pontos de cruzamento onde possam ser vividos processos relacionais e inventivos. Enquanto as forças sociais que administram o capitalismo produzem esquemas dominantes de percepção do mundo

(GUATTARI, 2006), as transformações tecnológicas podem ser vistas pelo quanto geram a homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade, mas também podem ser consideradas, dependendo da articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação, como potencializadoras de criação, de invenção de novos universos de referência.

Os agenciamentos em rede parecem, de fato, proporcionar importantes processos de invenção que, nos coletivos estudados, parecem até mais presentes do que os processos de *mass-midialização*. Isso porque o modo como se constroem as relações nos coletivos e na(s) rede(s) é caracterizada pela busca por colaboração, por produzir em conjunto.

A articulação em rede coloca em discussão os desejos por um mundo melhor e, mesmo que a busca por alternativas possa esbarrar nos mesmos valores e sentidos que são recusados (porque os processos de invenção podem, por vezes, também reforçar os mesmos valores que procura rechaçar, como vimos nas reflexões sobre resistência), ainda assim parece potente o espaço de discussão e de acolhimento que se abre nos seus nós de conexão.

Encontramos nos discursos e propostas dos coletivos a preocupação por fazer em conjunto, compartilhar e mudar, de alguma forma, a realidade de cidades, da política, do modo como se trabalha. Esses achados e impressões parecem ser relacionados a modos de abrir espaços de reflexão, de construir uma visão de mundo que afirme vínculos, diálogos e interação. É interessante assinalar que, desde o início do uso da expressão democracia, na antiguidade, até no uso dessa expressão nos dias de hoje, se evidencia o desejo de construir um mundo melhor para se viver. Mas mais do que isso: que esses coletivos coloquem em xeque até a própria noção de democracia!

Os agenciamentos em rede e a busca por transformação parecem caracterizar, então, um modo de produzir uma visão de mundo baseada na colaboração. Talvez proporcionem “um respiro no meio do caos” (M4/GF1), e abram espaços, ou ramificações na rede, para o amor e o tesão e, assim, produzam processos de invenção.

Referências

- Bauer, M. & Aarts, B. (2002). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: M. Bauer, & G. Gaskell. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. (1996). Ministério da Saúde. **Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos**. Diário Oficial da União, 10 de outubro.
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. O Poder da identidade. (2), 5^{ed.}, São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Castells, M. (2011). *A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v.1. 14^a reimpressão. Tradução Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra.

*Invenções colaborativas na sociedade em rede:
subjetividades e agenciamentos coletivos*

- Deleuze, G. & Guattari, F. (2004). *O Anti-Édipo*. Capitalismo e Esquizofrenia 1. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 184p. Recuperado em: 15 de janeiro de 2013, de <<http://sal.uniriotec.br/livros/DELEUZE,%20Gilles%3B%20PARNET,%20Claire.%20Dia%CC%81logos.pdf>>
- Deleuze, G. (2004). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Guattari, F. (2006). *Caosmose: um novo paradigma estético*. 4. reimpr. São Paulo: Ed. 34.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1999). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Kastrup, V. (2008). Competência ética e estratégias de resistência. In: N. Guareschi. (Org.). *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo* (p.120-130). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais,
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 15(10), 124-136, jun..
- Latour, B. (1991). *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Le Goff, J. (1992). Calendário. In: *História e Memória*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Malini, F. (2008). Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: Uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro.
- Mossé, C. (2004). *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mossé, C. (2008). *Péricles, o inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Moura E. P. G.; Zucchetti, D. T. & Menezes, M. M. (2011). Cultura e resistência: a criação do popular e o popular como criação. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, 232(92), 663-677, set/dez.
- Moraes, I. N. (2007). *Metodologia da pesquisa científica*. (A. C. M. Amato, Trans.). São Paulo: Roca.
- Negri, A. (2004). Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*. (19-20), 15-26, jan.-junho de 2004. Recuperado em 12 de dezembro de 2012, em <<http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/19-20/MIOLO%20DIAGRAMADO%20NUMERO%2019-20.pdf>>

- Negri, A. (2012). Entrevista de Toni Negri concedida aos jornalistas Ariel Pennisi e Adrian Cangi do jornal La Nacion, Buenos Aires, Ar. 2/nov./2012. Traduzida pelo pessoal da Vila Vud. Publicação original em português. 2012. Disponível em <<http://uninomade.net/tenda/entrevista-de-toni-negri-ao-la-nacion/>>
- Rocha, D. (2007). Agenciamentos Coletivos de Enunciação em O Homem Que Copiava. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 2(12), 403-413, maio/ago. Recuperado em 15 de dezembro de 2012 de <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a22.pdf>>
- Rosos, A. (1997). Grupos focais em Psicologia Social: da teoria à prática. *Psico*, n.2(28), 155-169.
- Santos, B. de S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Bontempo.